

“O Estado não sou eu”. Estratégias empresariais no licenciamento ambiental de grandes empreendimentos industriais.

*Deborah Bronz
(MN/UFRJ)*

O presente artigo é uma versão revisada de uma comunicação oral apresentada no Fórum Permanente sobre Desenvolvimento da Associação Brasileira de Antropologia – ABA, realizado na Universidade Federal do Paraná - UFPR em outubro de 2013. Procurei manter as características do texto original e a sua qualidade de exposição oral.

PRÓLOGO

Uma breve apresentação sobre minha trajetória de pesquisa será útil à compreensão de meus argumentos e ponto de vista. Esta pequena introdução trata do lugar a partir do qual eu pude refletir e consolidar as ideias que apresento em seguida.

Desde 2002, a partir de uma trajetória de duplo vínculo com uma pesquisa acadêmica e uma experiência de trabalho com empresas de consultoria ambiental, dedico-me ao estudo dos efeitos sociais da implantação de grandes empreendimentos industriais no Brasil. Trilhando os procedimentos administrativos de licenciamento ambiental, em seus contextos situacionais, procuro aceder ao conjunto de práticas que se vinculam à implantação destes empreendimentos.

Inicialmente, minha investigação se concentrava sobre os efeitos da adoção dos instrumentos normativos do licenciamento, associado às ideias do que poderíamos sucintamente chamar de desenvolvimento participativo, na organização social das associações de pescadores localizadas no estado do Rio de Janeiro, que negociavam com a Petrobras as medidas compensatórias dos impactos da produção de petróleo *offshore* na Bacia de Campos. A pesquisa, embora tenha sido estimulada por um conjunto de inquietações oriundas de um período de trabalho como consultora, foi realizada a partir de um retorno ao campo na condição estritamente de antropóloga, mestranda, e segundo os parâmetros, digamos assim simplificada, mais tradicionais do fazer antropológico, ou do fazer etnográfico.

Essa direção de pesquisa se coadunava com grande parte das tendências observadas nos estudos precedentes sobre os grandes projetos industriais nas ciências sociais, especialmente, aqueles relacionados aos efeitos sociais do deslocamento compulsório das comunidades residentes em áreas inundadas para a construção de usinas hidroelétricas. Sobre isso, foram produzidas diversas etnografias descritivas das mudanças nos modos de vida das populações tradicionais, camponeses, indígenas e as novas configurações da distribuição territorial destas após o deslocamento. Como exemplo temos os estudos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa coordenado pela professora Lygia Sigaud, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS/Museu Nacional, entre o final da década e 80 e meados da década de 90¹. Outro exemplo, ainda nos anos 80, foram os trabalhos desenvolvidos pelo antropólogo Silvio Coelho dos Santos, e seu grupo de pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (Ver: Santos 1992 e 1996). Mais recentemente, os estudos têm sido majoritariamente produzidos por pesquisadores que apresentam suas questões formuladas na linguagem dos conflitos e da justiça ambiental, enfocando suas análises na efetividade das políticas públicas de meio ambiente e nos efeitos sociais dos grandes projetos industriais².

Uma exceção que merece aqui ser destacada se refere ao trabalho desenvolvido por Gustavo Lins Ribeiro (1988) – *Developing The Moonland: The Yacyreta Hydroelectric High Dam and Economic Expansion in Argentina* – no qual ele já nos atentava para a importância de estudar os grandes projetos sob a ótica do poder. Seu estudo não enfocava as populações afetadas pelos grandes projetos, mas se dirigiu à população interna do projeto que participou do esforço de construção da hidrelétrica, composta por segmentos técnicos e gerenciais localizados no sítio do empreendimento. Ribeiro procurou mapear as redes sociais que dominavam o processo de implantação do projeto. Sua tese foi uma contribuição para o debate sobre como os projetos de desenvolvimento podem ser acessados e estudados, e, sem dúvida também, sobre como eles afetam a distribuição de poder nos cenários políticos e econômicos que o circundam, com seus arranjos institucionais e em suas múltiplas escalas de análise.

No doutorado, arrisquei-me a tarefa de mudar a direção da investigação, tanto do ponto de vista do recorte do objeto como das estratégias etnográficas. Resolvi assumir os trabalhos de consultoria como lugar de observação para acessar e etnografar o meio empresarial e o conjunto de práticas atreladas ao contexto brasileiro contemporâneo de desenvolvimento econômico de um segmento específico do meio empresarial brasileiro: os empreendedores e consultores envolvidos nos procedimentos de licenciamento ambiental. Ambos compõem os quadros de funcionários e assessores de grandes empresas envolvidas em distintas áreas de negócios associadas a grandes empreendimentos dos setores petrolífero, siderúrgico, portuário, hidroelétrico e de mineração.

Deste ponto de vista, pude entender mais claramente como os mecanismos utilizados para classificar as comunidades *afetadas* pelos empreendimentos fazem parte da viabilização de uma estratégia de relacionamento das empresas com a sociedade, voltada à construção de relações e redes capazes de viabilizar os negócios. As estratégias se apoiam em tecnologias de gestão consagradas internacionalmente nos modelos empresariais, naturalizadas nas práticas dos consultores e internalizadas nos procedimentos de licenciamento: avaliações ambientais, planejamento estratégico, estudos de *stakeholders*, audiências públicas, análises de risco e programas

de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável. Entender isso só foi possível na medida em que pude estar mais próxima do lugar de formulação das mesmas e dos mecanismos de tomada das decisões nelas implicadas. Para cumprir com o objetivo de tomar como objeto as práticas, os discursos e as estratégias empresariais adotadas no licenciamento ambiental, foi necessário expor as situações observadas nos circuitos decisórios e no cotidiano de trabalho dos consultores, especialistas, técnicos e funcionários que operacionalizam o exercício empresarial. Circuitos estes nos quais só se pode circular portando um crachá.

Esta forma particular de acesso me levou a enfrentar também outro conjunto de questões próprias ao desenvolvimento de pesquisas antropológicas voltadas para os grupos sociais situados em posições elevadas das hierarquias sociais, as chamadas elites. Questões éticas e políticas da pesquisa antropológica com abordagens etnográficas sobre estes grupos se convertem em problemas metodológicos que se apresentam em todas as etapas da produção de conhecimento. A opção em estudar as práticas empresariais, a partir da minha própria prática, pautou os seguintes tópicos no conjunto de minhas preocupações: prejuízo aos informantes, autocensura, consentimento, objeções e ética³. Precisei formular uma estratégia de ocultação dos casos e dos atores envolvidos, buscando solucionar os impasses e constrangimentos que os tópicos citados colocavam sobre a descrição etnográfica dos casos.

Uma precaução que me pareceu indispensável foi a decisão de não revelar as situações "reais" dos empreendimentos que analiso. Optei por não apresentar dados sobre situações concretas ao estilo monográfico mais frequente da Antropologia, mas, a partir dessas, etnografar práticas que transcendem os casos específicos. Os casos não foram identificados. Não há qualquer referência a nome de pessoas, empresas, órgãos governamentais ou associações civis e tampouco menciono nomes de lugares e unidades político-administrativas. Abstrai das situações empíricas um conjunto de informações que permitiriam identificar os empreendimentos. Reconstitui as situações etnográficas de cinco diferentes procedimentos, fundindo-as em dois Casos. Ou seja, incorporei aos casos apenas aquelas situações que observei serem recorrentes em distintos licenciamentos, mantendo intactos as principais características de dois principais empreendimentos sobre os quais tive a oportunidade de colher um maior número de informações, devido ao tempo de trabalho dedicado como consultora. Criei, então, dois territórios fictícios, que reúnem atributos dos territórios originais dos empreendimentos. É deste mesmo modo que os casos serão ilustrativamente citados aqui.

O Caso 1 é narrado a partir do meu lugar como consultora dos empreendedores no planejamento estratégico de suas ações, auxiliando na mediação destes com as comunidades locais, organizando reuniões, preparando os materiais e apoiando a elaboração das medidas compensatórias. O Caso 2 é narrado a partir dos meus vínculos com as empresas especializadas na produção de EIA-RIMAs e Planos Ambientais, como consultora responsável pela implementação de programas de Comunicação Social.

A etnografia foi composta por meio da reunião de distintos tipos de fontes, as quais tive acesso direto: relatórios das consultorias, estudos e relatórios do procedimento administrativo do licenciamento, e-mails trocados entre as equipes, materiais de comunicação, apresentações de PowerPoint, entrevistas, cadernos de consultoria.

Nestes últimos, eu procurava apontar, entre as tarefas corriqueiras de trabalho, meus acessos de estranhamento sobre o que diziam e faziam empreendedores e consultores nos momentos íntimos das reuniões de trabalho.

Uma parte da etnografia é narrada a partir da minha participação como consultora nos rituais que compõem a cena participativa do licenciamento ambiental. Os eventos são, em sua maioria, abertos à participação de qualquer interessado, de modo que não teria problema se restringisse minha descrição a eles. Entretanto, foi na montagem da cena que pude avançar em minhas conclusões. Ou seja, expondo e descrevendo os momentos de reunião das equipes internas do projeto para o planejamento dos aparatos (persuasivos) que compõem os rituais de participação no licenciamento ambiental.

Este esforço de abstração permitiu-me observar que as práticas empresariais relacionadas ao licenciamento, tal como os encontramos no Brasil, independem dos contextos etnográficos particulares a um grupo ou a um território específico. Ainda que com ajustes, são pensadas e experimentadas como práticas generalizadas e generalizáveis. O que me permitiu abstrair certo número de casos reais em dois casos fictícios emblemáticos foi, justamente, o fato de ter observado a repetição destas práticas, situações e contextos. A repetição confirma os meus argumentos, tendo sido por isso o principal recorte adotado na seleção das situações incorporadas à etnografia. Aqueles que tiverem a oportunidade de acompanhar de perto um procedimento de licenciamento ambiental poderão comprovar a veracidade destes modelos que construí, repito, a partir da abstração de situações reais⁴.

Ao fim e ao cabo, poderia dizer que ditas práticas empresariais refletem a reprodução dos modelos de gestão e das moralidades que compõem o *ethos* empresarial da responsabilidade social e da sustentabilidade. Um *ethos* sustentado por suas origens religiosas, como descreveu Weber (2004[1904]), e orientado pelas novas ideologias/utopias do ambientalismo contemporâneo, com sua razão incorporada de um “espírito” econômico e mantida por sistemas legais e administrativos, que liga os interesses privados às justificativas que o capitalismo provê para o “bem comum”. Conforme dito por Boltanski e Chiapello (2009), trata-se de “um novo espírito do capitalismo” animado por um sentido de justiça social.

Procurei demonstrar como consultores e empreendedores formulam e adaptam à realidade brasileira os modelos e os discursos dotados pela nova questão pública do meio ambiente, internacionalmente divulgados nas diretivas e políticas operacionais dos organismos financiadores do desenvolvimento em escala global, difundindo uma pedagogia moral e estratégica que reflete motivações puramente econômicas. A construção dos empreendimentos redesenha as relações entre poder e espaço geográfico e funda uma geopolítica motivada pelo raciocínio da empresa e justificada nos discursos ideológicos da *vocação* para e dos *benefícios* do desenvolvimento econômico. Adentramos aqui no tema específico desta comunicação.

INTRODUÇÃO ÀS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS

Uma série de mecanismos estatais é acionada e distintos órgãos são convocados a participar das decisões que outorgam a escalada desenvolvimentista brasileira. Os mecanismos resultam de constantes negociações e interesses entre empresários e gestores públicos, produzindo diferentes morfologias de intervenção estatal. Esses mecanismos recortam territórios em áreas de influência, bacias hidrográficas, bacias sedimentares (Bacia de Campos, Bacia de Santos), regiões (Região de Belo Monte, Região de Carajás, Região de Sepetiba ou mesmo Região do COMPERJ), vales (Vale do Aço, Vale do Minério). Eles também são utilizados para dividir e classificar as populações residentes nos territórios delimitados entre afetados, atingidos, populações tradicionais, vizinhos, parceiros, beneficiários...

Digamos que a lógica de gestão dos territórios, a partir do licenciamento ambiental, passa a ser prioritariamente empresarial, recaindo sobre os empresários a função de liderar o avanço e o ordenamento das fronteiras do Estado. Sugiro estarmos diante de uma "geopolítica empresarial", que, segundo a definição de geopolítica apresentada pela geógrafa Berta Becker, implicaria na produção de "um campo de conhecimento que analisa as relações entre poder e espaço geográfico" (Becker 2005:1)⁵. A partir dela é possível ampliar os limites do conhecimento da geopolítica para além de sua aplicação pelos Estados Nacionais e admiti-la como parte das estratégias de gestão empresarial dos grandes empreendimentos. De certo modo, as empresas assumem contemporaneamente o lugar de agente privilegiado do progresso⁶.

No licenciamento ambiental, os saberes disciplinares que constituem o conjunto de estudos exigidos durante o procedimento também são utilizados na produção de um discurso que carrega grandes semelhanças com aquele produzido pela disciplina da geopolítica, criando argumentos para justificar a localização dos empreendimentos e a sua ocupação territorial, defendendo o desenvolvimento como meta e determinando estratégias para construção dos aparatos de controle e gestão dos territórios e das populações. O discurso que justifica os grandes empreendimentos parte da (i) escolha do sítio a partir de sua vocação regional; passa pelas (ii) contribuições do empreendimento para o desenvolvimento da região; e se encerra na (iii) construção de uma linha imaginária para demarcar as responsabilidades das empresas e do Estado na resolução de problemas e conflitos. A definição desses limites, dessa linha que divide Estado e Economia, é tão imprecisa e tão transitória quanto a de qualquer fronteira. Nas negociações entre empresários, gestores e organizações civis, é bastante usual encontrarmos-nos com a seguinte resposta às colocações que exigem dos empresários aquilo que, em seus discursos, depositam sob os designios do Estado: "O Estado não sou eu". Eu pergunto: quem é ou o que é Estado no discurso dos empreendedores? Quais são as operações que produzem esta separação? Qual é o efeito performativo desta colocação? Já que os empreendedores não se consideram Estado, recorro ao que os tornam empreendedores para aceder à lógica que sustenta suas representações sobre o Estado.

Concentro-me aqui numa breve análise da produção das fronteiras que separam, no discurso empreendedor, as empresas (a Iniciativa Privada, a Economia) do Estado. Estes discursos são publicamente difundidos nos

eventos que compõem o que chamei de cena participativa do licenciamento (reuniões, eventos, workshops, audiências públicas). Nos encontros do licenciamento, os esforços se dirigem à demonstração da viabilidade dos empreendimentos e de sua importância econômica e social para o país e para as regiões onde se instalam. A comunicação se realiza oralmente, pelos empreendedores porta-vozes, ou por meio da produção de uma grande diversidade de materiais impressos (folhetos, cartilhas, boletins) e digitais (*sites* e *hot sites*, *mailing*, apresentações de *PowerPoint*).

O discurso positivo a respeito dos empreendimentos tem sua eficácia atrelada aos contextos rituais de sua enunciação e não pode funcionar independente deles. O discurso e a palavra não são dissociáveis do ritual, em que os sujeitos falantes e seus enunciados adquirem eficácia. Posto isto, é preciso estabelecer claramente os limites das análises propostas aqui. A análise do discurso se concentrará no poder referencial das palavras e dos significados socialmente construídos. Em grande medida, o discurso é a principal “arma” dos empreendedores para conquistar a ampla aceitação de seus projetos, tanto da gestão governamental quanto dos atores e grupos envolvidos com o licenciamento. É aquilo pelo qual e com o qual se luta (Foucault 1971:3)⁷.

Os discursos se vinculam às representações mais amplas de empreendedores e consultores sobre as funções do Estado e o desenvolvimento econômico. Considero-os ideológicos, porque são discursos “incapazes de curvarem-se criticamente sobre si mesmos, cegos a seus próprios terrenos e fronteiras” (Eagleton 1997:63). O que chamo de geopolítica empresarial é, de certo modo, uma doutrina ideológica, porque seus discursos apagam os rastros de sua história de formulação.

A ideologia apresenta-se aqui não como um discurso verídico, mas como um tipo de fala retórica ou persuasiva, mais preocupado com a produção de certos efeitos eficazes a propósitos políticos do que com a situação “como ela é” (Eagleton 1997:39).

Ainda que cada grande projeto industrial dê origem a um arranjo específico de argumentos para fundamentar os discursos, as bases racionais e morais de significação dos empreendimentos seguem padrões recorrentes. Os padrões serão encontrados na comparação entre os dois casos de empreendimentos similares em territórios diferenciados.

Os dois casos possuem características similares do ponto de vista do ramo industrial e de seus projetos de engenharia. Ambos incluem a construção de mais do que uma unidade produtiva em um mesmo complexo industrial e de portos de uso privado. Embora semelhantes do ponto de vista do projeto industrial, os territórios de localização são consideravelmente distintos. Enquanto um deles se localiza numa zona de periferia urbana, com altos índices de urbanização, industrialização, informalização e pobreza, o outro se situa em um município com características rurais e baixa densidade populacional, e elevados índices de pobreza também. Embora distintas, ambas regiões demandavam fortes investimentos atrelados aos serviços básicos de infraestrutura e serviços sociais. Nos dois casos, encontramos um grande esforço de construção discursiva voltado para produzir uma separação entre a função das empresas e do Estado na gestão destes territórios.

CASO 1: A EMPRESA NÃO É DONA DOS PASSIVOS

No primeiro caso, o empreendimento localiza-se numa zona já composta por distritos industriais, que abriga outras empresas. Após a realização de uma série de entrevistas com atores considerados estratégicos ao entendimento dos problemas enfrentados na região (gestores públicos, políticos, acadêmicos e lideranças locais), os consultores formularam um modelo para subsidiar os empreendedores no seu posicionamento e para servir como uma orientação geral das ações e discursos empresariais⁸. No modelo, este ente personificado que é a empresa, na medida em que é tratado como ator, foi posicionado frente às suas duas responsabilidades: a responsabilidade social e a sustentabilidade corporativa. Cito um trecho do manual elaborado pelos consultores:

A empresa tem duas funções no território, ambas fundamentadas no princípio da responsabilidade socioambiental, a de ator responsável pela gestão dos impactos de seu empreendimento e de ator corresponsável pelo desenvolvimento sustentável regional.

Há uma crença, ou ao menos, um discurso sobre a crença, por parte dos consultores e empreendedores, de que apresentam soluções para delimitar claramente qual o nexos causal entre os efeitos diretamente produzidos pelo empreendimento (*impactos diretos*), entre os efeitos que são indiretamente produzidos por ele (*impactos indiretos*), ou entre os problemas ambientais e sociais que antecedem a sua presença (os chamados *passivos ambientais*) e aqueles que são por ele potencializados.

Seguindo a lógica do modelo, os impactos pelos quais a empresa se responsabiliza serão equacionados a partir dos instrumentos de *mitigação*, *controle* e *compensação* previstos no licenciamento. Estas noções, na prática, são estruturantes das representações sobre a capacidade de planejamento na geopolítica empresarial dos grandes empreendimentos. Nesta lógica, os riscos associados à gestão ineficiente dos impactos recairão sobre a própria viabilidade econômica do negócio, uma vez que são correlatos aos índices e indicadores pelos quais se mede o valor mercadológico da sustentabilidade corporativa no mundo empresarial.

Na outra ponta do modelo, a empresa é posicionada como *ator corresponsável*. A recomendação dos consultores, conforme o texto disponibilizado em uma das apresentações de PowerPoint utilizadas nos workshops com os empreendedores, é para que “a empresa apoie o desenvolvimento sustentável regional, inspire e lidere terceiros nesta direção”: outras empresas, o poder público e a sociedade civil. Como? Realizando ações não reguladas pelas normas do licenciamento ou da legislação ambiental, ou seja, voluntárias, uma forma de classificar que isenta a empresa de obrigações legais.

Vejam o que disse o vice-presidente da empresa numa audiência pública em relação às obras de duplicação de uma importante rodovia federal que interliga a região a outros eixos de importância econômica para o país. O intenso tráfego viário dessa rodovia, especialmente nos finais de semana e feriados – por conta do deslocamento de pessoas para as atividades de turismo e veraneio na região – seria bastante agravado pela circulação de caminhões com carregamentos de materiais para as obras do empreendimento, configurando-se como uma das maiores preocupações dos moradores nas consultas públicas.

O que a gente pode dizer em relação a transporte público, a preocupação que a gente constatou durante as reuniões prévias feitas é que realmente é uma região que hoje sofre de congestionamento em determinadas horas, especialmente em fins de semana e feriados, quando o tráfego já fica bastante complicado. Acho que uma das coisas que estamos conseguindo é mostrar ao poder público – neste caso o Governo Federal – a real importância de que sejam realmente realizados os projetos viários daquela região, os projetos de rodovia daquela região. (...) Já temos uma ATA, um documento que foi assinado entre nós e o Governo Federal. Nesse documento, o Governo Federal está se comprometendo a adiantar, antecipar as licitações e o processo de escolha de fornecedor, para poder começar no segundo semestre a duplicação da rodovia, que é uma necessidade importante, um projeto antigo na região, mas que até agora nunca tinha decolado. Acho que estamos contribuindo um pouco no sentido de poder, pelo menos, acelerar a implantação desse projeto. Acho que isso é uma das formas que a gente vai ter de ajudar a região. (Vice-presidente. Ata da audiência pública do Empreendimento 1).

A fala do empresário condiz com o modelo de posicionamento da empresa e responde aos questionamentos sobre as obras de infraestrutura do seguinte modo: nós não somos responsáveis por isso, o Governo é; porém, nós podemos contribuir no sentido de pressionar o poder governamental para que os projetos previstos para a região sejam cumpridos. Não se pode obliterar, entretanto, que os projetos de infraestrutura são também uma condição para a instalação da empresa, pois garantem a circulação de bens e mercadorias. A formalização dos acordos entre empresa e Governo em ata não é apenas uma forma de pressioná-lo para cumprir um compromisso com a sociedade, mas uma garantia para o empreendimento. Os empreendedores admitem seu grande poder de influência sobre a gestão governamental, em função do incremento considerável de divisas. Com este aporte de recursos, os empreendedores esperam que o Estado se responsabilize pelos investimentos em infraestrutura.

Uma forma de aceder às representações sobre a fronteira que divide a parte que cabe ao Estado e a parte que cabe à empresa é identificar o que os empreendedores admitem como elementos de seus planos de gestão dos empreendimentos. Em grande medida, cabe à responsabilidade dos empreendedores aquilo que é regulamentado nos procedimentos administrativos do licenciamento ambiental: as medidas de mitigação e compensação dos impactos. No caso analisado, a previsão apresentada no Estudo de Impacto Ambiental – EIA/RIMA para a circulação de caminhões e ônibus voltados ao transporte de materiais, mercadorias e trabalhadores foi da ordem de mais de 700 viagens por dia, no período de pico das obras (ou seja, no período com maior número de operários trabalhando). A previsão para o período de operação do empreendimento reduzia para 250 viagens por dia. As medidas de mitigação previstas foram: Programa de Monitoramento do Tráfego Viário, Programa de Comunicação Social e Programa de Controle no Planejamento de Horários, Turnos e Distribuição de Viagens. Algumas obras de infraestrutura nas vias foram realizadas pela empresa, tais como: a reativação de uma antiga ponte e a pavimentação de um acesso secundário da rodovia ao terreno do empreendimento, entrecortada pela presença de conjuntos habitacionais.

Para incluir mais um exemplo, outro tema de grande polêmica nos eventos do licenciamento ambiental se referia ao agravamento das demandas por atendimentos de saúde, em função do grande contingente de operários atraídos para a região. Vejamos brevemente o que disse o diretor de Recursos Humanos desta mesma empresa em uma reunião prévia à audiência pública, em resposta a pergunta de um morador sobre se eles investiriam na

construção de hospital ou forneceriam outro tipo de atendimento emergencial para os trabalhadores da usina, uma vez que o hospital estadual ali existente não teria estrutura para dar o atendimento necessário, especialmente em caso de acidentes.

Nós estamos trabalhando exatamente essa questão. Então, se houver um acidente de alta gravidade, a remoção poderá ter que ser feita até via helicóptero, se a gente tiver condição. Você tem razão. Com relação a nós trazermos para o Hospital Estadual uma solução imediata pela nossa chegada, é complexo te responder agora se nós vamos trazer isso de pronto pra eles. Porque hospital público, via de regra, você tem que primeiro canalizar toda a sua energia para que o Estado responda com equipamentos para isso. Essa é a estrutura legal das coisas. Agora, fechar os olhos para a situação do hospital é claro que ninguém vai fechar; mas nós precisamos chegar junto, então, com as empresas que estão na região instaladas há mais tempo e se inteirar sobre o que eles têm feito sobre isso, o que eles pensam em fazer. Né? Você compreende? Para o empreendedor é muito difícil chegar e dizer assim: eu vou botar o hospital em pé aqui, eu vou dar pra todo mundo. E quem vai usufruir disso que não está participando? Essa é uma questão mais complexa. Nós não temos nenhum plano definido para fazer para nenhum hospital especificamente. Nós temos programas de atendimento ao nosso pessoal, que vai ser um programa mais eficiente. Seja a sua família no futuro, quando estiver trabalhando. (Diretor de Recursos Humanos. Reunião prévia à audiência pública do Empreendimento 1).

Podemos dizer que a nova ética empresarial admite como parte das responsabilidades das empresas o cuidado com as condições de vida e a garantia de educação e saúde dos trabalhadores e de suas famílias. Mas não admite que a empresa seja responsável por toda uma população. Mais uma vez, o que não pertence ao domínio da empresa, pertence ao Estado. O Estado é tão amorfo que pode, certas vezes, representar tudo que não é a empresa. Isso se aplica ao que pode ser compartilhado entre a própria empresa e outras empresas, ou com a Sociedade. O que pertence ao Estado, de certo modo, também pertence a todos. A proposta do representante de Recursos Humanos, além da assistência para os seus trabalhadores e do atendimento em casos de acidentes, é discutir com as outras empresas soluções conjuntas com os governos para resolver os problemas da região. Mas, como disse o empreendedor em outro momento da reunião: "Nós não vamos reconstruir o hospital estadual, nem um outro, nem nenhum, isso não é problema nosso, isso é problema do Estado".

Ao dizer "o Estado não sou eu", o Estado é definido pela sua omissão e se torna alvo de um enunciado acusatório. Quando dizem "o Estado não sou eu", acusam o Estado de não cumprir com suas próprias responsabilidades e buscam desvincular-se desta "ineficiência". Ao dizer "o Estado não sou eu", os empresários ao mesmo tempo dizem: "Eu sou a Economia".

CASO 2: SOMOS PARCEIROS DO ESTADO

Uma coisa é o modelo de divisão de responsabilidades entre Estado, Iniciativa Privada e Sociedade, que se define idealmente. Ele é praticamente o mesmo nos dois casos. Porém, o posicionamento muda quando as questões práticas se impõem sobre os limites da representação. Os aspectos particulares da região do Empreendimento 2 diminuem o efeito do Estado e, por consequência, acinzentam as fronteiras das responsabilidades. A divisão Estado-Empresa, não é uma simples distinção entre dois objetos ou domínios autônomos, mas uma fronteira complexa, interna ao reino das práticas (Mitchell 1999:83).

Idealmente, no discurso de um dos gerentes do Empreendimento 2 proferido na audiência pública, a delimitação das fronteiras imaginárias da distribuição de papéis foi assim apresentada:

Cada um tem que ter consciência de qual é o seu papel, a Empresa, como empreendedora, tem que cumprir rigorosamente o seu papel recolhendo os seus impostos, não é? O município, o estado e a União têm que fazer com que esse imposto seja revertido para a sociedade e a sociedade tem que exigir que isso aconteça. É por isso que a gente está aqui em uma audiência pública, para que todos tenham clareza desse processo. Desenvolvimento é isso, todo mundo tem que participar, para que todo mundo possa usufruir... (Gerente de Relações com Comunidades. Audiência pública do Empreendimento 2).

Aqui o Estado é, em boa parte dos enunciados encontrados nos discursos empreendedores sobre o empreendimento, o município. O isolamento em relação aos centros de decisão da política estadual e federal impõe este limite administrativo às representações sobre o Estado. De certo modo, a presença do empreendimento contribuiu para reposicionar o município no mapa da federação.

Nesse caso, a parceria⁹ foi o termo utilizado para produzir a separação Empresa-Estado e evitar contradições entre o discurso sobre o modelo e o discurso sobre a prática (enquanto no Empreendimento 1 o termo foi *corresponsabilidade*). Como parceiros do Estado, os empreendedores justificavam os pesados investimentos realizados pela empresa na expansão territorial – na construção de vias, em obras infraestruturais, no saneamento básico, na educação e na saúde – sem serem, por isso, confundidos com o objeto de sua representação, o Estado. Creio que a geopolítica empresarial aqui adquire sua máxima expressão. Foi necessário “colonizar” o território, para que o empreendimento se tornasse economicamente viável. Isto, desde o planejamento municipal, à realização de obras de infraestrutura até a preocupação com o futuro do município, por meio de investimentos em educação básica. Na fase de planejamento, por exemplo, a empresa foi parceira da administração municipal, ao financiar os estudos diagnósticos da revisão do Plano Diretor Municipal¹⁰. Em termos de infraestrutura, três obras estruturais foram financiadas pela empresa: a macrodrenagem dos terrenos baixos e alagadiços que ocupam uma parcela significativa do território municipal; o saneamento básico municipal e; as vias de acesso rodoviário ao empreendimento. No planejamento financeiro da empresa, parte das obras entrou nos custos do próprio empreendimento (pois condicionam sua viabilidade), outra parte foi incluída na conta das compensações ambientais.

No tocante às obras de macrodrenagem, os representantes da empresa se comprometeram formalmente, em audiência pública, a realizar um estudo e um projeto, em parceria com a Prefeitura Municipal, universidades e o órgão ambiental do estado para resolver todo o problema do município:

Então, o problema de drenagem aqui na região é muito sério e esse projeto está sendo feito em parceria com o governo do Estado, com a prefeitura e a Empresa, no tocante de todo o município, não só a região do Porto. (Gerente de Meio Ambiente. Audiência pública do Empreendimento 2).

As rodovias internas e municipais – que não passavam de estradas de terra vicinais para interligação de povoados agrícolas e pequenas comunidades – que dão acesso à rodovia federal, tiveram de ser pavimentadas

para a circulação dos caminhões a serviço das obras (a previsão apresentada foi de 200 caminhões por dia, o que significava um aumento de 250% em relação à média de tráfego anterior ao empreendimento). O mesmo padrão de medidas mitigadoras do Caso 1 foi adotado pelos empreendedores do Caso 2: Plano Viário, sinalização, Programa de Educação para o Trânsito e Programa de Controle do Tráfego.

A participação da empresa no planejamento para o futuro da população, por exemplo, também situada sobre os desígnios da parceria, marcou simbolicamente a vinculação da empresa com o município. A educação municipal foi acuradamente planejada para se tornar uma “educação para o desenvolvimento”. Os consultores e empreendedores trabalharam diretamente com a secretaria municipal na reestruturação do sistema pedagógico – do ensino fundamental ao universitário – no intuito de promover a incorporação da população ao projeto de desenvolvimento. Vejamos a resposta de um representante da Diretoria de Recursos Humanos à pergunta de um morador sobre os projetos de educação da empresa, durante audiência pública:

A gente tem uma intenção forte de atuar em três frentes na educação nesses programas de qualificação. A gente entende que precisa aumentar o nível de escolaridade da região, então a gente pretende fazer um trabalho forte de alfabetização. A gente já tem futuras parcerias, em contato, com a Fundação Roberto Marinho, Fundação Bradesco, o próprio SENAI, que já é nosso parceiro local, para a gente aumentar o nível de escolaridade, ensino médio, ensino fundamental. E futuros parceiros também para nível técnico, até porque nosso programa de qualificação são esses cursos que vocês estão vendo, eles têm pré-requisitos de escolaridade. ... E aproveito também a oportunidade da pergunta para reforçar que, quando a gente fala de profissões que precisam de graduação, de pós-graduação, a gente está mapeando também as universidades locais. A gente citou ali algumas, é para a gente checar quais são os cursos de graduação existentes na região versus o que a gente vai precisar no empreendimento, para então ver de que forma a gente pode ter algum tipo de parceria para aproveitar de fato a mão de obra local que é a grande intenção e a prática do grupo. (Funcionário da Diretoria de Recursos Humanos. Reunião prévia à audiência pública).

A forma como a empresa investe na educação, conforme explica o funcionário, está relacionado a uma visão abrangente do planejamento municipal. Para citar alguns exemplos: a empresa empossou um secretário de Planejamento que costumava trabalhar para ela como arquiteto e urbanista, planejando as plantas e os sites dos empreendimentos, vilas operárias e centros de visitação; os programas de Comunicação Social e Educação Ambiental do licenciamento foram desenvolvidos juntamente com os funcionários das secretarias municipais de Educação e Planejamento; o prefeito, no período de campanha para reeleição, participava dos rituais de licenciamento, exigindo que as reuniões fossem marcadas de acordo com a sua agenda; a empresa financiou a elaboração do estudo para revisão do Plano Diretor Municipal, definindo zonas e distritos urbanos, rurais e industriais – mais de um terço do território municipal, nesta ocasião, foi delimitado como distrito industrial. São inúmeros os exemplos e situações que poderíamos aqui descrever.

O discurso sobre a parceria vai refletir um regime de reciprocidades cotidianas entre os empreendedores e os membros da administração municipal. E na prática cotidiana dos afazeres da política que a parceria se constrói. A aparente fronteira do Estado não demarca os limites dos processos de regulação, mas é um produto destes mesmos processos (Mitchell 1999:84).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, grandes empreendimentos industriais foram historicamente introduzidos por empresas estatais, impulsionados pelo *ethos* nacional-desenvolvimentista do governo ditatorial associado às políticas de investimento do Banco Mundial na industrialização dos países “subdesenvolvidos”, o que tornava bem mais acinzentadas as fronteiras entre os governos e as empresas públicas. Uma série de investimentos estruturais nos territórios de inserção de empreendimentos foi efetuada pelos setores energéticos e minero-metalúrgicos. A Eletrobrás e a Companhia Vale do Rio Doce são herdeiras desse modelo, conforme apresentado por Carlos Vainer:

A Companhia Vale do Rio Doce: ela hoje [em 1979] detém a jurisdição de facto sobre um enorme território, e dentro de seus limites, ela define as políticas mineral, social, educacional, habitacional, urbana etc. Não há prefeitura ou governo estadual que possa contrapor-se à CVRD nestes espaços onde se dá a implantação de grandes projetos minero-metalúrgicos. (Vainer 1979:44).

Outro exemplo pode-se encontrar na política energética brasileira, na construção dos grandes aproveitamentos hidrelétricos. Bacias hidrográficas inteiras são praticamente entregues à jurisdição da Eletrobrás, ou, como preferem alguns, do Setor Elétrico. Este recebe a competência de decidir como “usar” estes territórios, como “usar” a água. Quem responde pela organização do desenvolvimento regional no Vale do São Francisco? Ninguém hesitará em responder que a CHESF, muito mais que a SUDENE ou o Ministério do Interior. A Eletrobrás, na verdade, organiza o território, localiza e desloca populações mais do que qualquer outra instância governamental. (Vainer 1979:45).

O autor caracterizou a atribuição de poderes das empresas públicas sobre o território a partir do deslocamento, no interior do próprio Estado, dos centros de decisão e execução das políticas governamentais. À diferença do período descrito por Vainer, os grandes empreendimentos hoje se concentram prioritariamente na esfera de investimentos privados e não mais sobre as mãos de empresas estatais. Não se pode ignorar, entretanto, que os investimentos privados sejam também dependentes de investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, mais um fator que contribui para obscurecer a distinção entre o Estado e Economia no caso dos grandes empreendimentos industriais. As empresas seguem mantendo-se como atores fundamentais das decisões e ações de planejamento e gestão de regiões e se observa uma grande circulação de pessoas entre os cargos das empresas, das consultorias e dos órgãos da administração governamental.

A quebra dos monopólios da indústria de base caracterizou o fim do “império” estatal e deu origem à reformulação dos processos de governo e à elaboração de novos métodos de poder político e econômico¹¹. A Economia – com letra maiúscula – adentra na política e adquire o mesmo efeito totalizador que a noção de Estado, acompanhando, tardiamente no Brasil, uma tendência mundial descrita por Mitchell (1999) como a “invenção da Economia”. Para este autor, no século XX as formulações sobre Estado são mais acuradamente descritas e teorizadas na sua relação com a Economia, o que torna difícil a distinção entre processos e instituições econômicas e as práticas governamentais (ou de Estado): “A ‘Economia’ passou a se referir à estrutura ou à totalidade das relações de produção, circulação e consumo dentro de um determinado espaço geográfico” (Mitchell 1999:92 – tradução do autor)¹².

What was new was the notion that the interrelation of these processes formed a space or object that was self-contained object. Factors such as population, territory, and even other "economies" were now considered external to this object. But the most important thing imagined to stand outside the economy was the one considered most capable of affecting or altering it – the state. (Mitchell 1999:92).

No discurso empresarial aqui analisado, a Economia toma a forma da Iniciativa Privada numa operação discursiva que a separa do Estado. No modelo empresarial apresentado, a população e o território são mantidos sob o domínio do Estado e são separados das formulações econômicas apresentadas pelos discursos dos empreendedores. O Estado é tratado como o maior responsável por otimizar o desenvolvimento. Os grandes projetos podem impulsioná-lo, desde que o Estado seja capaz de efetivar o ordenamento territorial e redistribuir a riqueza gerada por eles. Como disse um consultor da empresa do Caso 1 em uma entrevista: "É entendido, há um acordo dentro do capitalismo, que quem é responsável pelo crescimento econômico é a Iniciativa Privada e quem é responsável por fazer o desenvolvimento chegar até a Sociedade é o Estado". Ou conforme respondeu outro consultor da mesma empresa em uma audiência pública:

(...) a gente espera que o aumento da receita pública que for gerada com o pagamento de impostos, da ordem de 700 milhões de reais na fase de implantação e em torno de 400 por ano na fase de operação, signifique qualidade de gestão pública para aumentar a geração de emprego e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade do serviço. (Consultor de Posicionamento. Audiência pública do Empreendimento 1).

O modelo é um mapa mental das formulações e das crenças de empreendedores e consultores. A divisão é naturalizada por eles e os arranjos que produzem a separação criam efeitos de agência e autonomias parciais, com consequências concretas (Mitchell 1999:92), tal como ocorre com as ideias de vocação regional e desenvolvimento amplamente difundidas pelos discursos empresarial e governamental.

A incorporação da nova ética corporativa da responsabilidade social ao modelo, de certo modo, inclui a Iniciativa Privada nas responsabilidades do Estado, mesmo mantendo-a apartada de suas fronteiras. O consultor entrevistado, por exemplo, considera que a Iniciativa Privada é parte da Sociedade e foi, nos últimos anos, introduzida na responsabilidade de socializar o lucro e participar do desenvolvimento: "Esta participação da sociedade civil no papel do Estado é que se chama responsabilidade social". No entanto, o que se observa na grande maioria dos casos é que as ações empresariais reunidas em torno dessa rubrica se direcionam à realização de medidas filantrópicas e beneficentes, designadas de voluntárias e isentas de obrigatoriedade legais.

A tese de Timothy Mitchell (1999) parece irrefutável também nos meus casos: os mecanismos institucionais na ordem política moderna nunca estão confinados dentro dos limites do que se chama Estado. Isto não significa dizer que o Estado é algo rodeado por instituições paraestatais ou corporativas, que suporta e amplia sua autoridade. É argumentar que a fronteira do Estado (ou do sistema político) nunca marca um exterior real. A linha que divide Estado, Sociedade e Economia se desenha internamente a uma de rede de mecanismos institucionais, por meio dos quais certas ordens sociais e políticas se mantêm. Mecanismos estes criados para gerar recursos de poder. O licenciamento ambiental é um destes mecanismos institucionais, portanto, um lócus privilegiado

para identificar que tipo de ordem social e política mantêm as relações de poder que sustentam a escalada do desenvolvimentismo industrial no Brasil.

As fronteiras territoriais e sociais que as empresas produzem no território brasileiro esbarram nas fronteiras que diferenciam Estado, Economia e Sociedade nas acepções dos diferentes envolvidos. Cabe aqui retomar uma distinção presente na língua inglesa entre *border* e *frontier*. A primeira palavra indica um limite preciso, a segunda uma zona de transição, uma frente de expansão territorial. São as empresas que hoje assumiram o lugar de agente privilegiado desta frente de expansão. A ocupação dos territórios pelos grandes empreendimentos industriais reproduz um expansionismo alçado à condição da nova ética que modela o discurso das organizações empresariais: o que denominei aqui de geopolítica empresarial. Nesse caso, as formulações sobre Estado são acuradamente descritas e teorizadas na sua relação com a Economia, o que torna difícil a distinção entre processos e instituições econômicas e práticas governamentais (ou de Estado).

Seria preciso mais tempo e mais espaço para que pudesse incluir alguns pensamentos a propósito dos efeitos da produção destas fronteiras que separam Estado, Economia e Sociedade sobre nossas próprias práticas acadêmicas e profissionais, que, certas vezes, nos levam a circular por todos esses territórios. Creio que esta forma de olhar resvala sobre um conjunto de ideias críticas a respeito dos efeitos sociais dos grandes empreendimentos, que acusam as empresas por seus crimes ambientais e sociais e o Estado por sua omissão. Acusar o Estado por sua omissão, em certo sentido, seria reificar os discursos e as estratégias empresariais racionalmente edificadas. Eu diria que o Estado, nesse caso, não está omissivo. O Estado é os grandes empreendimentos.

NOTAS

- 1 O conjunto de localidades e barragens estudadas pelo grupo de pesquisa – Sobradinho (Ana Luiza Borralho Martins-Costa [1989] e Ana Maria Lima Daou [1988]); Tucuruí (Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos [2007]); Machadinho (Aurélio Vianna da Cunha Lima Junior [1988]); Itá (Sandra Tosta Faillace [1990]). Ver referência completa dos autores citados na bibliografia – compuseram um corpus empírico que forneceu elementos para análises comparativas sintetizadas por Sigaud em distintos artigos, publicados entre os anos de 1986 e 1992. Nestes, a antropóloga formulou de modo mais abrangente uma crítica às análises sociológicas aplicadas ao deslocamento compulsório e a realocação de famílias camponesas, buscando elementos para relativizar o que denominou de “generalizações apressadas e avaliações tópicas produzidas com base em manuais simplificados e simplificadores do ‘social’” (Sigaud 1992:43). Suas análises tinham o objetivo explícito de “fornecer elementos para que se formulasse, de forma mais adequada do que a noção vulgar de “impactos” sugeria, o modo como esses efeitos são produzidos” (Sigaud 1992:43).
- 2 Um exemplo refere-se ao conjunto de pesquisadores vinculados ao Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais - GESTA, radicado no Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, e coordenado pela antropóloga Andréa Zhouri, que desenvolve estudos na área socioambiental e se dedica ao assessoramento dos movimentos e grupos de atingidos pelas grandes obras.
- 3 Para uma discussão enfocada nestes tópicos ver Bronz 2014. Os outros artigos contidos neste livro também trazem contribuições importantes a este debate.
- 4 A ocultação de informações e informantes não é uma prática incomum na Antropologia, sendo inclusive defendida nos códigos de ética das associações antropológicas. A proteção das fontes é especialmente necessária em investigações associadas a contextos de violência ou ao estudo do poder.
- 5 Historicamente, alguns autores (Vesentini 2011; Jones *et al.* 2004; Agnew 2001; Raffestin 1993) atribuem a criação do termo geopolítica ao jurista Rudolf Kjellén, no início do século XIX, que foi aluno de Friedrich Ratzel. Muito embora, a temática de estudos que mais tarde seriam chamados de geopolítica já tivesse sido abordada, especialmente nas análises a respeito do poder dos Estados e de suas estratégias de conquista do espaço geográfico na guerra ou no exercício da política estatal. Para Claude Raffestin, a geopolítica é uma ciência do Estado, concebido como um organismo geográfico em constante movimento. Antes da Segunda Guerra, nos anos 30, a “geopolítica aparece como uma espécie de geografia aplicada ao Estado” (Raffestin, 1993:19).
- 6 Retomando a definição de geopolítica apresentada por Becker (2005), as empresas hoje produzem conhecimento e exercem grande poder sobre os espaços geográficos. Além disso, as similaridades com as ideias difundidas pela disciplina geopolítica são evidentes nos discursos empresariais, especialmente sob três aspectos que procurarei demonstrar aqui: nas justificativas para a localização dos empreendimentos e sua ocupação territorial, na incorporação do desenvolvimento como meta e nos aparatos de controle e gestão dos territórios e das populações.
- 7 “...a maior das verdades já não estava naquilo que o discurso era ou naquilo que fazia, mas sim naquilo que o discurso dizia: chegou porém o dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado de enunciação, eficaz e justo, para o próprio enunciado: para o seu sentido, a sua forma, o seu objeto, a sua relação à referência” (Foucault 1971:5).
- 8 Pode-se dizer que o posicionamento constitui-se como um conjunto de orientações prescritivas da ação dos empresários, que estruturam e formatam esta ação. Qualquer empresa, nos dias de hoje, possui um posicionamento, seja ele formulado pelos próprios quadros das empresas, ou por consultores e especialistas contratados especialmente para este fim. Nos casos observados durante a investigação, o posicionamento também se constitui como uma ferramenta utilizada na ação pedagógica dos consultores para com os empreendedores, na transferência de princípios morais e de suas experiências e trajetórias profissionais.
- 9 Em outras situações não exploradas aqui, poderíamos analisar as relações de parceria como um regime de reciprocidades cotidianas entre os empreendedores e os membros da administração municipal. Sobre as práticas discursivas associadas à noção de parceria, ver: Teixeira (2005).
- 10 “A Constituição Federal determina que o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana é o Plano Diretor. De acordo com o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor deve ser aprovado por lei municipal e se constitui em instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Como parte de todo o processo de planejamento municipal, o Plano Diretor deverá estar

integrado ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual. A visão atual do Plano Diretor difere bastante de sua concepção anterior. De mero documento administrativo com pretensão de resolução de todos os problemas locais, desconsiderando as práticas sociais quotidianas, o Plano Diretor assume a função de, como instrumento, interferir no processo de desenvolvimento local, a partir da compreensão integradora dos fatores políticos, econômicos, financeiros, culturais, ambientais, institucionais, sociais e territoriais que condicionam a situação encontrada no Município” (Oliveira 2001:18).

- 11 “The death and recasting of development economics are undoubtedly linked to the demise of neo-Keynesianism and the rise of neoliberalism. At issue are the draconian economic reforms introduced in the Third World during the 1980s under pressure from the International Monetary Fund, particularly monetary and exchange controls, privatization of public enterprises and government services, reduction of imports, and opening to world markets” (Escobar 1995: 57).
- 12 Para Mitchell (1999), quando a prática política inventou a Economia, as fronteiras desse objeto coincidiam com as fronteiras do Estado-Nação. Porém, a nova macroeconomia não teoriza a partir do Estado-Nação, ela representa a Economia em termos de agregados (empregos, reservas, investimentos, produções) e médias sintéticas (taxa de interesse, nível de preço, salário real), cuja referência geoespacial costuma ser o Estado-Nação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGNEW, John. 2001. *Reinventing politics: geography of modern statehood*. Hettner-lecture 2000. Heidelberg: Geographisches Institute.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. 2009 [1999]. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- BRONZ, Deborah. 2014. "Experiências e contradições na etnografia de práticas empresariais". In: S.R.R. Castilho; A.C. Souza Lima; C.C. Teixeira (orgs.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj.
- DAOU, Ana Maria Lima. 1988. *Políticas de Estado e organização social: a barragem de Sobradinho*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- EAGLETON, Terry. 1997. *Ideologia. Uma introdução*. São Paulo: Unesp.
- ESCOBAR, Arturo. 1995. *Encountering Development. The making and unmaking of the Third World*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- FAILLACE, Sandra Tosta. 1990. *Comunidade, etnia e religião: um estudo de caso na Barragem de Itá (RS/SC)*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- FOUCAULT, Michel. 1971. *A ordem do discurso*. Recuperado em fevereiro de 2011 de www.filoesco.unb.br/foucault.
- _____. 1983. "Subject and Power". In: H. Dreyfus & P. Rabinow (orgs.). *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. Chicago: The University of Chicago Press.
- JONES, Martin., JONES, Rhys; WOODS, Michael. 2004. *An Introduction to political geography. Space, place, and Politics*. Londres: Routledge.
- LIMA JR., Aurélio Vianna da Cunha. 1988. *Dos pressupostos da ação política do campesinato: o caso da "invasão" da Fazenda Annoni*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: RJ: Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MARTINS-COSTA, Ana Luiza Borralho. 1989. *Uma retirada insólita: a representação camponesa sobre a formação do Lago de Sobradinho*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- MITCHELL, Timothy. 1999. "State, Economy, and the State Effect". In: G. Steimentz (ed.). *State/culture: state formation after de cultural turn*. Cornell: Cornell University Press.
- OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. 2001. *Estatuto da cidade; para compreender*. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA.
- RAFFESTIN, Claude. 1993. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. 1988. *Developing the Moonland: the Yacyreta Hydroelectric High Dam and Economic Expansion in Argentine*. New York: The City University of New York.
- SANTOS, Silvio Coelho. 1992. "Metodologia para o estudo de Projetos de Desenvolvimento e suas implicações políticas: o caso das hidrelétricas". In: A. C. Arantes; G. Rubem; G. Debert (orgs.). *Desenvolvimento e Direitos Humanos: a responsabilidade do antropólogo*. Campinas: Ed. Unicamp.
- _____. 1996. "Notas sobre o deslocamento de populações indígenas em consequência da implantação de hidrelétricas na Amazônia". In: S. Magalhães; R. Brito; E. Castro (orgs.). *Energia na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.
- SIGAUD, Lygia. 1992. "O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais". In: T. Maciel (org.). *O ambiente inteiro: a contribuição crítica da universidade a questão ambiental*. Rio de Janeiro: UFRJ.

TEIXEIRA, Carla Costa. 2005. "Relações de Parceria, políticas públicas e a questão da "pobreza" no Brasil". *Série Antropologia* n° 338. Brasília: UnB.

VAINER, Carlos. 1979. "Transições de exposições feitas nas mesas 'Política Nacional para a Amazônia' e 'O controle dos Recursos Naturais' do seminário 'Militares, Índios, Fronteiras e Recursos Naturais'". *Antropologia e Indigenismo* (1): 41-46.

VESENTINI, José William. 2011. "O que é Geopolítica? e Geografia Política?". *Geocrítica*. Recuperado em fevereiro de 2011 de <http://www.geocritica.com.br/geopolitica.htm>.

WEBER, Max. 2004 [1904]. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Editora Martin Claret.

“O Estado não sou eu”. Estratégias empresariais no licenciamento ambiental de grandes empreendimentos industriais.

RESUMO

A definição dos limites entre Estado e Economia é imprecisa e transitória. Isto se torna evidente quando estudamos os grandes empreendimentos industriais. Trilhando os procedimentos administrativos de licenciamento ambiental procuro aceder ao conjunto de discursos que a eles se vinculam no Brasil. Nas negociações entre empresários, gestores e organizações civis, é bastante usual encontrarmos-nos com a seguinte resposta às colocações que exigem dos empresários aquilo que, em seus discursos, depositam sob os designios do Estado: “O Estado não sou eu”. Eu pergunto: quem é ou o que é Estado no discurso dos empreendedores? Quais são as operações que produzem esta separação? Qual é o efeito performativo desta colocação? Já que os empreendedores não se consideram Estado, recorro ao que os tornam empreendedores buscando acesso à lógica que sustenta suas representações sobre o Estado. Os padrões serão encontrados na comparação entre os dois casos de empreendimentos similares em territórios diferenciados.

PALAVRAS-CHAVE: grandes empreendimentos; empreendedores; licenciamento ambiental; estado; economia.

“The State is not me”. Entrepreneurial strategies in the environmental licensing of large-scale industrial projects.

ABSTRACT

The boundaries between State and Economy are imprecise and transitory. This becomes more evident when we study large-scale industrial projects. Tracking the administrative procedures of environmental licensing I seek to access the set of discourses associated with the implementation of these projects in Brazil. In the negotiations between entrepreneurs, managers and civil organizations it is quite usual to hear the following reply to posts required from entrepreneurs: "The State is not me." I ask: who or what is the State in the entrepreneurs' discourses? What are the operations that produce this separation between State and Economy? What is the performative effect of this statement? Since entrepreneurs do not consider themselves State, I turn to what makes them entrepreneurs in order to access the logic that support their representations of the State. The patterns will be found in the comparison between two cases of similar industrial projects in different territories.

KEY WORDS: development projects; entrepreneurs; environmental licensing; state; economy.

Recebido em: 24/01/2014

Aprovado em: 13/10/2014